



FÓRUM CCIA 2015

ECONOMIA DOS AÇORES: Situação e Perspetivas

Enquadramento

1. O FÓRUM CCIA 2015 – *Economia dos Açores: Situação e perspetivas* – reuniu em Angra do Heroísmo, nos dias 18 e 19 de setembro, empresários de vários sectores de atividade e de diversas ilhas e fez uma análise ao estado da economia regional, identificando as principais dificuldades e analisando as grandes necessidades e oportunidades de ajustamento estrutural da economia açoriana.

2. Foi feita uma análise retrospectiva da evolução dos tópicos debatidos na edição de 2014, que decorreu em Santa Maria. Foram reconhecidos aspetos relevantes positivos e negativos. Nos positivos foi realçado:
 - a. a alteração do modelo de transporte aéreo entre a Região e o exterior, pese embora os acertos que se impõem;
 - b. a continuação de medidas de carácter conjuntural, no que se refere ao apoio à criação/manutenção de emprego;
 - c. Iniciativas na área tecnológica.

Nos negativos foi realçado:

- a. a manutenção da estratégia de afetação da despesa pública pouco orientada para a reprodutividade da economia e para o primado da iniciativa privada;
- b. a situação no setor dos transportes marítimos, que se mantém totalmente inalterada;
- c. a não concretização de instrumentos de capital de risco relevantes e de recapitalização das empresas;
- d. o arranque deficiente dos sistemas de incentivos do COMPETIR +;
- e. o atraso na abertura de algumas linhas de apoio fundamental para as empresas como são os casos do Urbanismo Sustentável e da Internacionalização;

- f. A não operacionalização do Fundo Social Europeu;
- g. o atraso na abertura de outras linhas de apoio direto do Programa Operacional (PO) 2020, com impactos negativos consideráveis tendo já sido consumido cerca de 30% do tempo de execução do programa sem que se tenha iniciado a sua total operacionalização, perdendo-se dois anos do prazo de execução desta importante fonte de apoio para a revitalização da economia.

3. Foi analisada a evolução da conjuntura socioeconómica, constatando-se que esta apresenta uma melhoria de um conjunto de indicadores macroeconómicos, embora de uma forma ainda ténue e assimétrica entre as ilhas.

Os indicadores positivos vindos de alguns sectores e de algumas ilhas não dispensam preocupação com outros indicadores que permanecem negativos para alguns sectores e para algumas ilhas.

As melhorias gerais do turismo não escondem as deficiências evidenciadas em quase todas as ilhas, condicionadas por deficiências na conectividade interna e também, em alguns casos, na externa.

Mereceu particular atenção a situação de contínua depressão no sector da construção civil.

Como novidade surgem também os problemas da fileira agro, em resultado dos impactos de ajustamento em função do fim das quotas leiteiras e do embargo russo. Estes fatores estão a ter fortes impactos nesta atividade, que tem uma relevante importância na economia regional e naturalmente também com repercussões no resto da atividade económica. Saliencia-se que o setor primário, em especial a fileira do leite, vinha apresentando nos últimos anos uma maior estabilidade, que a generalidade das outras atividades económicas. Evidenciou-se também o papel importante da diversificação da produção que potencia a substituição de importações.

Em nota positiva foi realçado o impacto do modelo de transportes aéreos cujo efeito deve merecer atenção no sentido de não ser posto em causa com acertos errados. Deve antes ser assegurada a sua sustentabilidade financeira.

Em nota geral foram apresentadas reservas relativamente à sustentabilidade da situação gerada no turismo e realçada a necessidade de se focar maior atenção na

estruturação futura desta atividade que começa e recuperar uma importância fundamental na economia dos Açores e, conseqüentemente, na criação de emprego.

Foi evidenciada preocupação relativamente à diminuição de transferências do exterior, uma vez que a economia dos Açores depende muito desta fonte de receita.

Foi consensualizado, novamente, que os custos de contexto continuam a ser altamente penalizadores da actividade empresarial.

Linhas de Orientação Estratégica

O Fórum CCIA 2015 considerou como fundamental identificar rumos e momentos para a sua implementação.

Quanto aos momentos, afigura-se de particular importância não só a composição do Orçamento e Plano para 2016 como as linhas de orientação orçamentais e de investimento para o próximo período de governação 2017-2020, que coincide com a finalização do atual Programa Operacional 2020.

Quanto aos rumos que se traduzem em linhas orientadoras para a concretização de uma futura política de desenvolvimento regional, o FORUM evidenciou os seguintes princípios imperativos que se traduzem em linhas de acção específicas:

1. Reposição do primado da iniciativa privada como estratégia fundamental de integração na economia nacional e europeia com uma programação evidente de reprivatização de actividades quer por via da alienação de capital quer por via da concessão;
2. Atenção particular à afetação de recursos ao desenvolvimento de actividades de produção de bens e serviços transaccionáveis como única via para a criação de empregos sustentáveis;
3. Uma gestão competente dos fundos públicos sejam eles provenientes de recursos próprios, de transferências nacionais ou de transferências da UE;

4. Programação de projetos estratégicos estruturantes para os principais pólos de desenvolvimento económico dos Açores quer no âmbito portuário quer no âmbito aeroportuário.

Como ações específicas foram apontadas as seguintes:

1. Plano de investimentos públicos

Reforço das componentes de investimento na área produtiva no plano para 2016 e nos planos para o próximo período de governação. Devem, neste ponto merecer atenção especial os investimentos na consolidação do sector do turismo e na gestão da crise do leite.

No caso específico do turismo é imperativo o reforço das verbas, no valor de cerca de 10 milhões de euros, para assegurar que os progressos conseguidos no primeiro impacto da liberalização não sejam perdidos e sejam estendidos a todas as ilhas. Existe uma necessidade premente de requalificação de estabelecimentos e recursos humanos, de sinalética e de outras áreas essenciais para o acolhimento de turistas.

Sublinha-se o papel importante do património público cuja manutenção e requalificação deve ser também orientado para a animação turística, justificando-se um programa de parceria entre associações empresariais, governo e autarquias.

2. Operacionalização do PO 2020

Relativamente ao PO 2020 exige-se:

- a. A abertura imediata das linhas de apoio como o Urbanismo Sustentável Integrado, Internacionalização, a formação e a requalificação;
- b. A revisão das normas de aplicação dos sistema de incentivos as quais se têm revelado inadequadas por excessivamente burocráticas, discricionárias e demoradas. São exemplos, entre outros:
 - i. O apoio aos custos com pessoal com a criação de novos postos de trabalho, uma novidade introduzida no Competir +, que está

a suscitar dúvidas de elegibilidade e tratamento, bem como na forma de pagamento dos respetivos apoios;

- ii. As barreiras colocadas à reconversão de espaços no âmbito do comércio;
- iii. Exclusão do alojamento local do Competir+;
- iv. Inexistência de protocolo previsto entre o FEDER, o FEADER e o FEAMP;
- v. Regras de acesso excessivamente restritivas que excluem empresas em recuperação.

3. Sistema de Transportes Aéreos

Foi realçado o avanço imenso conseguido com a revisão do modelo de transportes aéreos com o exterior. Evidenciou-se, no entanto as insuficiências verificadas na Terceira por via da inexistência de concorrência, que se manifesta na oferta reduzida de lugares e no conseqüente preço excessivo das passagens, que penaliza não só os residentes como também tolhe o potencial do turismo. Constata-se que a SATA não exerce uma “função reguladora” como defende o FORUM para esta empresa pública. Igualmente restritiva tem sido a oferta para as ilhas que mantiveram as obrigações de serviço público, com passagens excessivamente caras para a promoção do seu potencial turístico. Não está assegurada uma solução para a carga, externa e interna, com reflexos negativos na disponibilidade de espaço e nos preços praticados.

Outro ponto de constrangimento identificado foi o das ligações inter-ilhas que não têm compaginado a oferta interna com a procura externa com reflexos negativos quer no potencial do turismo quer na circulação interna dos residentes, anulando o objectivo de extensão dos benefícios do modelo a todas as ilhas, quer por via da oferta quer por via do preço. Os reencaminhamentos não funcionam satisfatoriamente.

Foi, igualmente, realçada a importância de se rever a estratégia e os meios afetos ao transporte para a América do Norte, um mercado com potencial semelhante ao da

Europa mas que está, ainda, “abafado”. O FORUM entendeu imperativo que se promova a concorrência neste mercado para levar a acessibilidade para além do mercado da diáspora.

4. Sistema de Transportes Marítimos

O FORUM voltou a considerar de primordial importância a revisão, urgente, do sistema de transportes marítimos no sentido de alterar as obrigações de toques e racionalizar as ligações com o exterior e as ligações inter-ilhas, para melhorar a gestão de stocks das empresas e permitir melhor escoamento das exportações. Concretamente, pretende-se:

- a. Rever o acesso direto dos Açores com o exterior permitindo a alteração de “gateways” e a coordenação de frequências;
- b. Reconfigurar a circulação inter-ilhas quer no transporte de carga como de passageiros, com particular atenção às ilhas do grupo central e com realce para a imprescindibilidade de se estabelecerem horários fixos e previsíveis para todo o ano;
- c. Reconsiderar, nesta matéria, a estratégia implícita no Programa Integrado dos Transportes dos Açores (PIT), que não configura uma solução inclusiva do sector privado.

5. Exigência de Redução Fiscal

O FORUM CCIA 2015 considerou incompreensível que o Governo dos Açores não tenha tirado total proveito da reposição do diferencial fiscal para repor a competitividade das empresas, perdida aquando do agravamento fiscal de 2014.

Entendeu o FORUM sublinhar, que deve ser incorporado já no orçamento de 2016:

- i) A reposição do diferencial fiscal em sede de IRC;

- ii) A reposição do diferencial fiscal em sede de IVA em todas as classes.

6. Regularização de dívidas para com as empresas

O FORUM analisou a situação das dívidas do governo às empresas, quer privadas quer públicas, considerando este problema uma “chaga” que não desaparece manifestando-se, recorrentemente, de forma clara ou encapotada.

Neste sentido, o FORUM entendeu sublinhar o seguinte:

- i) A necessidade de reforço orçamental para a regularização imediata das dívidas a empresas privadas, como acontece, por exemplo, no setor da saúde, exigindo-se que o sector público seja cliente das empresas regionais;
- ii) A necessidade de reforço orçamental para liquidação rápida das dívidas do governo às empresas e organismos de domínio público, para permitir que desempenhem adequadamente as suas funções;
- iii) A necessidade de reforço orçamental para assegurar o equilíbrio das contas das empresas do setor pública e/ou a implementação de uma política exigente de contenção das respetivas despesas.

7. Reforço do financiamento da economia privada

O FORUM debruçou-se sobre a problemática do financiamento da economia dos Açores considerando que continuam a existir inúmeros obstáculos a ultrapassar numa conjuntura que continuará a ser fortemente restritiva. Em específico considerou:

- a. A relevância de se promover a constituição de instrumentos de capital de risco, com aportagem de recursos dos fundos estruturais e privados e com gestão profissional;

- b. A promoção da captação de investimento externo através de fundos de investimento específicos;
- c. A flexibilização dos mecanismos de contratação em programas de apoios especiais ao emprego, atendendo às necessidades específicas, nomeadamente as sazonais, tendo em conta o previsto

na Agenda para o Emprego e a Competitividade Empresarial dos Açores;

- d. A importância de se conceber um programa de recapitalização das empresas através, nomeadamente, da utilização de créditos fiscais;
- e. Assegurar a envolvência dos Açores no banco de fomento nacional e o acesso das empresas regionais a linhas de financiamento nacional.

8. Reestruturação de sectores estratégicos para a economia dos Açores

O sector do turismo está, finalmente, a afirmar-se como o principal potencial contribuinte para a amenização do problema do desemprego e para potenciar o crescimento dos Açores, através de uma actividade que cresce a nível mundial. O potencial foi evidenciado com a redução dos preços de acesso após a liberalização. No entanto, este sector sofreu, durante mais de cinco anos de crise, uma degradação significativa, designadamente na capitalização das empresas e na retração dos investimentos em capital físico e em formação. São, inclusive, várias as situações em que a propriedade das infra-estruturas já foi assumida pelas entidades financiadoras. É também notória a melhoria que deverá ser introduzida nos serviços prestados aos turistas, incluindo os de restauração.

Exige-se uma análise estratégica profunda da situação actual e uma perspectivação do futuro do sector.

Ademais, falta, ainda, um plano estratégico para o turismo dada a total inadequação dos instrumentos existentes.

A estes propósitos o FORUM entendeu:

- a. Ser necessário ultrapassar os constrangimentos ainda existentes nas acessibilidades e custos de contexto do setor;
- b. Ser apresentado, urgentemente, o Plano Estratégico e de Marketing;
- c. Rever, de forma participada, o planeamento estratégico para o turismo, designadamente o POTRAA, para salvaguarda das nossas características naturais;
- d. Realizar um estudo aprofundado de que resulte um plano de recuperação das empresas do sector e uma estratégia empresarial associada à resolução dos constrangimentos associados;
- e. Criar um programa sazonal de trabalho temporário de jovens para os serviços de apoio ao turismo, como forma de minimizar a escassez de recursos na época alta e promover novos hábitos de trabalho;
- f. Rever e reforçar os programas de apoio ao turismo criados pelos decretos legislativos regionais nº 18/2005/A e nº 30/2006/A.

A economia dos Açores está sistematicamente sujeita a constrangimentos de infra-estruturas de acessibilidade.

O FORUM identificou três constrangimentos estruturais que requerem atenção imediata para o planeamento da sua resolução. São eles: a estrutura portuária de graneis de Ponta Delgada; a adaptação do Porto da Praia da Vitória para funções de apoio à navegação e logística internacional; a melhoria da operacionalização/ampliação do aeroporto da Horta. Considerou ainda que estes projetos devem ser enquadrados não só nos planos regionais como numa estratégia nacional, no âmbito dos projetos de interesse comum previstos na Lei de Finanças Regionais (LFRA), com acesso a fundos europeus específicos.

Considerou-se que a construção civil continua a ser uma área em crise que muito beneficiaria com a rápida ativação dos programas de urbanismo e de outros sistemas de apoio ao investimento em atividades que promovem a construção e reabilitação.

9. Actuação firme sobre os custos de contexto

O FORUM considerou, mais uma vez, que permanecem fortemente penalizadores os custos de contexto com que as empresas se confrontam num ambiente concorrencial sem que as políticas públicas próprias sejam suficientemente utilizadas. Em concreto, o FORUM apontou:

- a. As taxas e a gestão aeroportuárias;
- b. As taxas e a gestão portuárias;
- c. Os custos de energia;
- d. Os custos da água e de tratamento de resíduos;
- e. Os custos da taxa de audiovisuais e direitos de autor;
- f. Os custos associados à renovação de alvarás, nomeadamente os necessários para a actividade dos transportes de mercadorias;
- g. Os custos de licenciamento que, sendo adiados com o “licenciamento zero”, não são simplificados;
- h. Os custos da economia paralela que prolifera em todas os sectores de actividade, exigindo fiscalização efetiva;
- i. Os custos burocráticos de uma multiplicidade de normas regulamentares que são exigidas às empresas.

10. Promoção externa dos Açores e das produções regionais

O FORUM voltou a considerar crucial assegurar uma lógica coerente na promoção externa da região em todas as vertentes incluindo a promoção do investimento. Perante a dispersão de iniciativas e a escassez de recursos justifica-se uma ação estratégica integrada.

11. Associativismo empresarial e cooperação institucional

O FORUM considerou que é da maior importância a existência de associações empresariais robustas que possam cooperar e estabelecer parcerias com o setor público, para o



desenvolvimento de projetos de interesse para o setor empresarial privado e para a sociedade, situação que não se tem verificado, em muitas áreas, nos últimos tempos e com o necessário aprofundamento.

O FORUM entendeu que é necessário:

- a) Considerar as câmaras do comércio como o veículo privilegiado para o desenvolvimento de acções na área da formação profissional e empresarial e noutras de apoio

direto e indireto às empresas e apoio ao investimento interno ou externo;

- b) Que o setor público se abstenha de intervir em áreas em que as câmaras do comércio intervêm, têm competência para o efeito e dispõem de recursos humanos especializados para a sua concretização.

Em síntese, o Fórum CCIA 2015 abordou a problemática da economia e sociedade açorianas e reafirmou a importância das empresas para a construção da sustentabilidade endógena, pilar indispensável de uma autonomia efetiva. Sublinhou ainda a importância de uma estratégia integrada de desenvolvimento que congregue os potenciais individuais em sinergias positivas. Ficou patente o consenso gerado entre todos os empresários e reforçado o desejo de que as sugestões propostas tenham reflexo nas políticas públicas.

Angra do Heroísmo, 18 e 19 de setembro de 2015